



## LANÇAMENTO DE APLICATIVO SOUGOV.BR PREOCUPA PROFESSORES

Página 7

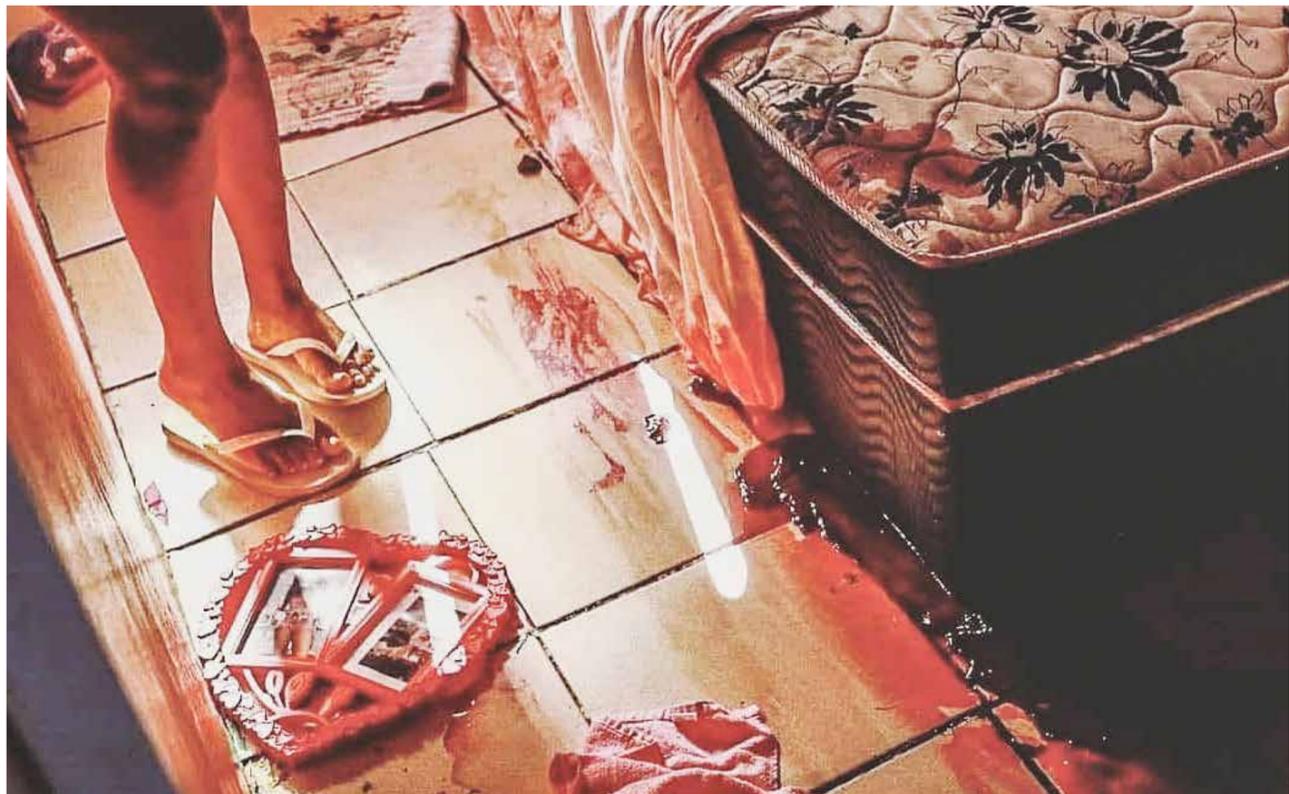


FABIANO ROCHA/DIVULGAÇÃO

**BRASIL PEDE VACINA.  
GOVERNO DO RIO  
ENTREGA CHACINA**

#OrgulhoDeSerUFRJ

FABIANO ROCHA/DIVULGAÇÃO



## BATISMO DE SANGUE

SILVANA SÁ\*

“Atenção, crianças, trocamos bandidos por balas”, gritava o policial, fazendo piada pelo alto-falante do Cavirão. Não foi uma vez, nem duas vezes que ouvi aquela chantagem macabra. O que eu escutava me dava medo. Eu sabia que não era do doce que eles falavam. Era da morte. Nasci na primavera de 1982 num quase cortiço em São Cristóvão, um prédio com banheiro comunitário e nenhuma privacidade. No inverno de 1985, mudamos para o Complexo da Maré, o conjunto de favelas em que cresci e aprendi muita coisa que uma criança não deve aprender.

Desde a primeira infância, aprendi a saber o som de tiro e a diferenciar quando o estampido vinha de um revólver calibre 38, de uma pistola calibre 22 ou de um fuzil. Também descobri cedo o barulho do blindado da polícia e os melhores esconditinhos para não ser alcançada pelos petardos do helicóptero — quem cresce em comunidade sabe que “balas machucam”.

Tudo isso é exaustivo física e emocionalmente para quem vive na favela. Nesses 39 anos de existência, eu vi as coisas piorarem. A chacina desta quinta-feira (6)

no Jacarezinho, que matou 25 pessoas, é a mais sangrenta da história. Por mais empatia que se tenha, não há como imaginar o que é presenciar o assassinato de alguém dentro da própria casa. “Me diz como minha filha vai dormir nesse quarto outra vez? Ela tem nove anos, executaram o cara aqui. Ela escutou tudo”, diz a mãe, cujo quarto e cama da crianças estavam banhados de sangue. Banhados de sangue!

Muitas testemunhas afirmam que os policiais não queriam cumprir os 21 mandados de prisão. De fato, prenderam apenas seis pessoas. “Os meninos queriam se render, estavam acuados, abaixaram as armas, mas eles [os policiais] não deixaram, queriam matar. Mataram todos”, revelou um morador. Um dos corpos foi colocado sentado numa cadeira, às vistas dos moradores, com o dedo na boca. Era para servir de “exemplo”?

O exemplo que temos na favela é de uma polícia corrupta e de um Estado cúmplice do mal. A violência aumentou substantivamente nos últimos dez anos e explodiu com a ascensão de Bolsonaro e Witzel. Em 2019, a polícia fluminense matou 1.814 pessoas. O início da pandemia e o isolamento social foi convidativo à continuidade das operações violentas nas áreas mais empobrecidas da cidade, o que motivou o Supremo Tribunal Federal a proibir operações rotineiras. O ministro Edson Fachin usou o caso do menino

João Pedro, de 14 anos, assassinado pela polícia em São Gonçalo, para exemplificar a barbárie. “Nada justifica que uma criança de 14 anos de idade seja alvejada mais de 70 vezes”, escreveu em sua decisão.

De junho, quando Fachin proferiu a liminar, até setembro, houve redução no número de assassinatos pela polícia. A média mensal caiu para 30 mortes (número absurdo, mas menor que as 150 mortes mensais de antes da decisão). Mas, desde outubro passado, os números voltaram a subir. Até março, foram registradas 434 operações policiais nas favelas do Rio, com 800 assassinatos.

O que fica perceptível é que o Estado não tenta acabar com o tráfico de drogas. O êxito da operação de quinta foi o massacre da população pobre e negra. O resultado é a negação do direito à saúde, à educação, à alimentação, à vida. Escolas não funcionaram, pessoas não foram vacinadas contra a covid-19 e as cestas básicas não foram distribuídas ontem no Jacarezinho. A favela, machucada, agonizante, segue em luta pela existência, eu sigo sobrevivendo entre a minha memória de um passado triste e um presente nada esperançoso.

\*Jornalista da AdUFRJ, foi criada no conjunto de favelas da Maré

#OrgulhoDeSerUFRJ

## EDITORIAL

# É URGENTE PASSAR DA COMOÇÃO ÀS RUAS

### DIRETORIA

Brasil está sendo devastado por Bolsonaro. São mais de 400 mil mortes por covid-19. A maior parte delas já em 2021, quando havia vacinas disponíveis que não chegaram ao país por ação deliberada do governo. O Brasil voltou para o mapa da fome de onde saímos em 2013: em 2020, nada menos do que 59,4% dos lares registraram algum tipo de insegurança alimentar, sendo 15% de um modo grave. Ou seja, estão literalmente passando fome. Além disso, o desemprego bateu recorde este ano, com 14 milhões de desempregados e 6 milhões de desalentados.

Em meio a tantas dores, somos atravessados por momentos de comoção, angústia e raiva individuais pelos entes queridos que se foram e coletivas por perdas simbólicas. Esses sentimentos vêm desde a primeira morte pela pandemia, quando Rosana Aparecida Urbano, diarista, moradora da periferia de São Paulo, morreu infectada pela patroa. Rosana faleceu em 12 de março de 2020, num momento em que o novo coronavírus chegava ao Brasil carregado, principalmente, por quem voltava de viagens ao exterior. Passados 15 meses, os óbitos se multiplicam, passam dos 400 mil e atingem anônimos e celebridades, caso do ator Paulo Gustavo, de apenas 42 anos de idade e um talento gigantesco para transformar o riso em empatia e resistência.

O artista que inspirou os aplausos nas janelas de

milhares de brasileiros na noite de quarta-feira era símbolo da diversidade e por isso era odiado pelo bolsonarismo, que desejou sua morte nas redes sociais. Mas o ódio não cessa no Rio de Janeiro. Na manhã do velório de Paulo Gustavo, fomos abalados por mais um massacre nas favelas cariocas, em ação policial ilegal que chacinou 25 pessoas no Jacarezinho. Foi a maior chacina da história sangrenta do estado. E despertou nova comoção entre nós que desejamos um outro mundo.

Diante desse ar irrespirável de mortes e ódio, é urgente transformar nossa comoção em indignação e ocupação das ruas. Estamos paralisados desde março de 2020, zelosos das medidas de isolamento social, com uma defesa importante da nossa coerência em não provocar aglomerações e, desta forma, não contribuir para o colapso do Sistema Único de Saúde e para o esgotamento das e dos profissionais que estão na linha de frente.

Mas em política é preciso saber mudar conforme as circunstâncias. A defesa de uma coerência idealista pode facilmente virar intransigência e, pior, se cristalizar em um moralismo elitista. Sabemos que a parcela dos que podem se proteger no isolamento social é cada vez menor. Se o povo trabalhador se expõe ao vírus, não nos resta outra alternativa a não ser ir às ruas e aceitar correr riscos para dizer basta a Bolsonaro.

Isso é ainda mais urgente quando assistimos assustados à última demonstração de força do bolsonarismo no Dia do Trabalhador. É verdade que as passeatas da extrema-direita em 1º de Maio passaram longe de ter a força que o presidente genocida precisava para dar o golpe que ele tanto deseja. Mas é fato que foram maiores do que esperávamos, demonstrando que Bolsonaro segue vivo e em condições de destruir e matar ainda mais o

nosso presente e futuro.

O momento político não é favorável ao genocida. A CPI da Pandemia no Senado avança para demonstrar sua responsabilidade direta nas mortes por covid-19. O ex-presidente Lula, pleno dos seus direitos políticos, cresce nas pesquisas e avança nas articulações de uma frente eleitoral que venha a derrotar o atual presidente no pleito de 2022.

A variável que falta para consolidar um quadro de avanço das forças democráticas contra Bolsonaro é ocuparmos as ruas. Não podemos mais esperar. Vamos de máscaras PFF2, álcool em gel, em um lugar amplo e arejado tal qual o Aterro do Flamengo, por exemplo, mas vamos às ruas!

### CINECLUBISMO E O GOLPE DE 64

■ “Comecei a entrar no movimento político em 1966/67 fazendo cineclubismo”, contou o cineasta



Silvio Tendler (foto), durante a última sessão do CineAdUFRJ, em 29 de abril. “Me lembro da gente no enterro do estudante Edson Luís e na Marcha dos 100 mil (em junho de 1968) com um cartaz escrito: cineclubes contra a ditadura!”, lembrou. O evento discutiu como o golpe de 1964 foi representado no cinema brasileiro em dois momentos bem distintos: um, durante a fase final do regime militar; e outro, após 30 anos, já na democracia. “É possível pensar cinema como fonte histórica. Mais do que tudo, é uma fonte do momento em que foi produzido”, explicou a professora Maria Paula Araújo, do Instituto de História. Para o cineasta Luiz Arnaldo Campos, o cineclubismo era, na ditadura, a iniciação para todos que estavam insatisfeitos com o regime. “Era um daqueles pontos onde os divergentes podiam se encontrar. Quantos grupos de estudo não saíram dos cineclubes? Quantos não viraram militantes depois de assistir a uma cópia contrabandeada?”, disse. (Liz Mota Almeida)

### S.O.S COLÔMBIA

■ Uma proposta de reforma tributária apresentada pelo governo da Colômbia causou uma onda de manifestações que sacode o país desde 28 de abril. O projeto previa aumento de impostos que afetaria principalmente as classes média e baixa da população, já bastante castigada pela pandemia (75 mil mortes) e pela crise econômica: 47,5% dos colombianos vivem em situação de pobreza.

Pior: o governo respondeu aos protestos com violência. Após cinco dias de conflitos, já havia pelo menos 19 mortos, sendo 18 civis e um policial, além de 800 feridos. Mesmo após o presidente Iván Duque pedir ao Congresso que tirasse da pauta de votação o projeto de lei, os confrontos entre manifestantes e o Esquadrão Móvel Antimotim (ESMAD) se agravaram. A crise chamou a atenção do Escritório de Direitos Humanos da ONU, que acusou as agências de segurança colombianas de uso excessivo da força.

Nos últimos dias, estudantes colombianos de pós-graduação no Rio de Janeiro divulgaram um documento para denunciar a situação do país natal. “Solicitamos um chamado à solidariedade internacional para ativar os mecanismos de alerta, difusão e apoio contra a situação de violência sistemática aos direitos humanos na Colômbia”, diz um trecho.

Amanda Harumy, diretora de Relações Internacionais

da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG) do Brasil, considera as ações do governo e do ESMAD como terrorismo de Estado. “Estão utilizando a estrutura do Estado para reprimir a juventude que resiste e luta nas ruas da Colômbia”, comenta. Doutoranda pela USP, Amanda acompanha a situação na Colômbia e as reuniões da Organização Continental Latino Americana e Caribenha dos Estudantes (OCLAE), em nome da ANPG. “Repudiamos e denunciamos todos os ataques aos direitos humanos e à democracia colombiana”, diz. (Kim Queiroz)

## AdUFRJ ASSEMBLEIA GERAL

Dia 14 de maio - 10h30

Pauta:

Proposta de paralisação do ANDES dia 19/05

Mobilização dos professores: contra a reforma administrativa e cortes orçamentários



AdUFRJ no Rádio  
www.radio.ufrj.br

■ NO PROGRAMA ADUFRJ NO RÁDIO desta sexta-feira (às 10h, com reprise às 15h), os professores Eleonora Ziller e Josué Meideiros, diretores do sindicato, repercutem a triste notícia da morte do comediante Paulo Gustavo, uma das mais de 410 mil vítimas da covid no Brasil. Os docentes também apresentam as expectativas em torno da CPI da pandemia no Congresso e comentam a criação de um “Guia de boas práticas de apoio à parentalidade e às pessoas cuidadoras em atividade na UFRJ”. No quadro Café com Ciência e Arte, o diretor Felipe Rosa conversa com o pró-reitor de Planejamento e Finanças da universidade, professor Eduardo Raupp, sobre as dificuldades orçamentárias deste ano.

#OrgulhoDeSerUFRJ

#OrgulhoDeSerUFRJ

# O QUE FAZER?

KELVIN MELO  
kelvin@adufrrj.org.br

A pergunta angustia milhões de brasileiros, castigados pela pandemia e pelo governo inepto. Em busca de respostas, o **Jornal da AdUFRJ** ouviu três professores que assumiram mandatos em defesa da universidade pública num dos momentos mais difíceis da história do país. No comando da associação de reitores federais e das entidades sindicais nacionais que representam os docentes universitários, eles relatam os desafios a que são submetidos diariamente e apresentam as estratégias para reverter os prejuízos à Educação. Confira a seguir.



**EDWARD MADUREIRA PRESIDENTE DA ANDIFES**

● **JORNAL DA ADUFRJ - Qual foi o tamanho do corte que as 69 universidades federais sofreram em relação ao orçamento discricionário do ano passado?**

■ **Edward** - Foi uma redução em torno de R\$ 1 bilhão, o que representa 18%. E houve um bloqueio de 13,89% na chamada parte condicionada do orçamento, que depende de votação do Congresso para ser liberada. Este condicionado deve ser votado, como foi no ano passado. Mas nenhuma das 69 universidades consegue absorver o corte de 18%. O que as universidades poderiam fazer, em termos de otimizações diversas, e já com impacto seríssimo no dia a dia, foi feito.

● **Como lidar com este cenário?**

■ Nós temos que reverter isso. Não há outra saída. Estamos na expectativa do acordo feito na votação do orçamento: de um



PLN (Projeto de Lei do Congresso Nacional) para recompor o R\$ 1 bilhão. Esperamos que tudo que as universidades fizeram, estão fazendo e farão seja reconhecido para a gente continuar prestando um serviço de excelência para o país.

● **Além da asfixia orçamentária, como resistir aos ataques ideológicos?**

■ O Conselho Pleno da Andifes e as universidades têm se posicionado, de forma clara, através de seus conselhos, em defesa da democracia, da autonomia, da liberdade de expressão. Fazendo o diálogo sempre aberto e muito franco com toda a sociedade, desmistificando coisas que não são verdadeiras e que são atribuídas às universidades.



**RIVÂNIA MOURA PRESIDENTE DO ANDES**

● **JORNAL DA ADUFRJ - Como avalia essa resiliência do bolsonarismo, que ainda consegue realizar manifestações públicas de apoio ao presidente, mesmo com tantos erros do governo?**

■ **Rivânia** - O governo Bolsonaro tem cometido não só erros, mas crimes em seu mandato, principalmente durante a pandemia. Mas o presidente tem pautas a que o Congresso Nacional se alia muito facilmente. E penso que, para além do Bolsonaro, tem o bolsonarismo. Que se criou a partir de 2018 e que traz como seguidores uma fração grande que se identifica com várias pautas: com o racismo, com os ataques às mulheres e ao LGBT, com a criminalização dos movimentos sociais, com as perseguições políticas, com uma política ultraneoliberal. Este

segmento se vê representado na figura do presidente.

● **Bolsonaro diz que não pode fazer nada ou não pode fazer mais porque é perseguido pela imprensa, pelo Congresso e pelo Supremo Tribunal Federal. O que acha desta postura do presidente?**

■ Quando ele se vê ameaçado, ele se vitimiza. Joga um discurso que tenta esconder a real intenção do que ele quer com aquelas frases. Se isso de fato fosse real, ele teria que sair imediatamente. É muito dessa política de tentar passar todas as suas propostas. As ameaças contra as instituições têm se concretizado, na prática, com a criminalização dos movimentos, com prisões arbitrárias de manifestantes, com perseguições políticas. Como foi agora com a Sônia Guajajara, grande liderança indígena. Então tem uma parte que é ameaça e outra

parte em que esta ameaça se torna efetiva.

● **Qual deve ser a estratégia da oposição para derrotar o governo?**

■ Acho que a CPI abre uma página importante para tornar mais pública a atuação do governo. A CPI precisa punir o principal responsável por este total descontrole da pandemia no Brasil. Tem um processo também em andamento que prevê a junção de todos os pedidos de impeachment num pedido só. Há 108 pedidos de impeachment no Congresso. A gente assinou um pedido com mais de 50 entidades. Isso corre paralelo à CPI. Mas todo processo neste sentido precisa vir acompanhado de uma ampla mobilização. Criou-se, nacionalmente, puxada pelas frentes Brasil Popular e Povo sem Medo, a campanha pelo ForaBolsonaro, da qual o Andes participa.

● **Esta resistência não fica mais difícil hoje em dia com os reitores eleitos pela comunidade que não são nomeados pelo governo Bolsonaro?**

■ A Andifes já reiterou, por diversas vezes, a sua posição em defesa da nomeação do primeiro nome da lista, aquele que tem aval da comunidade universitária. Um reitor que não representa esse projeto tem dificuldade de gerir, no dia a dia. No âmbito da Andifes, as pessoas nomeadas são recebidas com isonomia pois é uma entidade de dirigentes. Tendo legalidade na sua nomeação, não cabe questionar a pessoa. Questionamos o processo de nomeação.

● **Mas e quando a Andifes precisa tomar uma decisão?**

■ Muito raramente, a Andifes precisa tomar deliberações a partir do voto. São construídos consensos. Claro que, quando tivermos de votar, vamos respeitar os votos contrários e aí vale a vontade da maioria.



**NILTON BRANDÃO PRESIDENTE DO PROIFES**

● **JORNAL DA ADUFRJ - Como avalia essa resiliência do bolsonarismo, que ainda consegue realizar manifestações públicas de apoio ao presidente, mesmo com tantos erros do governo?**

■ **Nilton** - A história do Brasil ainda é escravocrata. Por mais que haja avanços, esse saudosismo do senhor de engenho continua presente e muito forte. O Bolsonaro vem representar um pouco essa visão de sociedade. Isso, para mim, explica essa resiliência. Muita gente pensa como Bolsonaro. Se a gente não reverter isso, esse mal vai crescer.

● **Bolsonaro diz que não pode fazer nada ou não pode fazer mais porque é perseguido pela imprensa, pelo Congresso e pelo Supremo Tribunal Federal. O que acha desta postura do presidente?**

■ Para mim, está claramente colocada aí a ameaça ao Estado democrático de Direito. O que está sendo construído é uma percepção da sociedade de que o presidente da República só pode fazer alguma coisa se ficar livre das amarras constitucionais. O discurso dele está centralizado em fazer a população entender essa visão de que ele precisa desse poder autônomo e

total. É um discurso golpista, que é o que está na alma do governo Bolsonaro. Minha avaliação é que não há tempo para isso, até a próxima eleição. Mas ele alimenta isso, à la Trump, para criar dificuldades ou dizer que a eleição em que será derrotado não foi válida.

● **Qual deve ser a estratégia da oposição para derrotar o governo?**

■ Nós, do Proifes-Federação, temos dito que precisamos ter unidade. A oposição no Congresso é fraca. O sindicalismo brasileiro foi minado desde o governo Temer. Nenhuma entidade tem força suficiente para enfrentar essa avalanche de ataques. Todos os dias, surge um decreto novo, uma portaria nova. Tudo no sentido de desmanchar o Estado democrático de Direito. Então essa construção precisa ser trabalhada com muita responsabilidade entre todas as entidades: sindicatos, associações de moradores, centrais sindicais. Evidentemente, temos de fazer esse enfrentamento diariamente. Hoje, com a pandemia, com mídias sociais mesmo. E temos atuado muito junto ao Congresso. Essa articulação tem que ser o mais ampla possível, porque, se ficarmos só nos 120 deputados da oposição, não vamos fazer nada.

SILVANA SÁ  
silvana@adufrrj.org.br

Os cursos de Medicina e Odontologia da UFRJ foram autorizados pelo Conselho de Ensino de Graduação

(CEG) a retomarem as aulas práticas presencialmente. A permissão, porém, é uma excepcionalidade. No caso da Odonto, foram liberadas apenas duas disciplinas para que 17 estudantes se formem. Já a Medicina ganhou aval para oferecer uma disciplina prática hospitalar para alunos do sexto período e outras quatro para estudantes do sétimo período. O oitavo período não foi incluído porque tem menor carga teórico-prática e conseguiu se adaptar mais facilmente ao ensino remoto. O retorno presencial é facultativo para o curso. Equipamentos de proteção individual serão fornecidos pelas duas unidades aos alunos, técnicos e docentes envolvidos nas atividades práticas.

Um ponto que pesou para a aprovação dos pedidos foi a vacinação do corpo social. Quase todos os profissionais de saúde da UFRJ estão imunizados contra a covid-19, assim como os estudantes que realizam ou realizaram estágios obrigatórios nas unidades de saúde. Os 17 formando da Odontologia fazem parte deste grupo. A imunização é essencial para a segurança do retorno, já que diminui muito os riscos da atuação presencial na pandemia. “Esses alunos foram treinados para os protocolos de biossegurança durante o período de estágio e foram vacinados. Supervisores de clínica e todo o pessoal de apoio também foram imunizados em janeiro deste ano”, esclareceu a professora Gérgia Atella, conselheira do CEG e relatora do pedido de excepcionalidade da unidade.

Relatora da solicitação da Medicina, a professora Nathalie Henriques argumentou que, sem as aulas, os futuros médicos ingressariam no internato “sem saber como palpar um fígado, uma tireoide”, disse. “O que solicitamos são práticas clínicas, somente, para suprir a defasagem para estes alunos. É uma demanda dos estudantes e por isso a Faculdade de Medicina solicita a liberação da prática clínica dentro do Complexo Hospitalar da UFRJ”, explicou a docente. “Esses alunos não

atuarão em áreas específicas de covid-19, mas em grupos pequenos, em outras áreas. Havendo recrudescimento da curva epidemiológica, as aulas serão suspensas”, garantiu.

A pró-reitora de Graduação, professora Gisele Pires, afirmou que o colegiado só se debruçou sobre os pedidos das duas unidades porque houve anuência dos GTs Coronavírus e Pós-Pandemia. “Fizemos reuniões desde quinta-feira ao longo do fim de semana e ambos concordaram que trouxéssemos ao colegiado essas duas demandas específicas”.

O GT Coronavírus é responsável pelas análises epidemiológicas ao longo da pandemia e por aconselhar a reitoria cientificamente. É coordenado pelo professor Roberto Medronho, ex-diretor da Faculdade de Medicina, favorável, desde o início, ao pleito dos estudantes. Já o Pós-Pandemia, que discute o retorno das aulas práticas, é coordenado pela professora Fátima Bruno, superintendente de Planejamento da PR-3. “Fizemos todo o mapeamento dos locais de aulas da Faculdade de Odontologia, mas não fizemos esse trabalho na Medicina, porque a unidade não nos enviou os dados necessários”, revelou. Sua equipe elaborou um plano de retorno para a UFRJ, que está em fase de análise pela reitoria.

**ESTUDANTES COMEMORAM**

“A aprovação do CEG foi uma vitória”, comemorou Pietra Alcantara, coordenadora geral do centro acadêmico de Medicina. “O ciclo clínico estava evoluindo sem essa carga prática, o que representa um risco inclusive para os pacientes que serão atendidos por esses estudantes”, argumentou. “São os períodos em que a pessoa aprende a lidar com o paciente, fazer os exames. É uma formação insubstituível, não se aplica ao remoto. Por isso, foi entendida a excepcionalidade”, explicou a aluna. A data de retorno ainda não foi decidida. “Ainda estamos em diálogo com a Faculdade de Medicina, para saber quando voltaremos presencialmente”.

**POLÊMICA**

Damires França, conselheira representante dos técnico-administrativos, afirmou que a bancada é contrária ao retorno presencial, mesmo que seja apenas de aulas práticas. “A última taxa de contágio divulgada pelo Covidímetro foi 1,43, risco de contágio ainda muito alto no



“O ciclo clínico estava evoluindo sem essa carga prática, o que representa um risco inclusive para os pacientes que serão atendidos por esses estudantes

PIETRA ALCANTARA  
Coordenadora do Centro Acadêmico de Medicina

Rio de Janeiro. Segundo o Conselho Federal de Enfermagem, a cada 19 horas perdemos um enfermeiro ou médico para a covid-19”, elencou. “Eu trago esses dados para mostrar o quanto precisamos proteger nossos futuros profissionais de saúde, mas também precisamos cuidar dos professores, dos técnicos e principalmente dos terceirizados que são mais vulneráveis e se expõem a um risco maior”.

Já a docente Luisa Arueira Chaves, suplente de Macaé no CEG, acredita que o pedido da Medicina abre precedentes para outros cursos. “É uma questão de isonomia. Vou defender retirar o ponto de pauta, porque considero que o pleito é muito diferente do pedido da Odontologia”. Apesar das ponderações, houve ampla maioria na aprovação das duas solicitações.

é do interesse de toda a universidade.

A professora Mônica Ferreira Moreira, representante do CCMN no CEG, sugeriu que o texto voltasse à Faculdade de Medicina para adequações. “Eu acho que o mérito está aprovado, mas precisamos normatizar esse pedido e os próximos que virão de outras unidades”.

Daniel de Augustinis, professor da Medicina de Macaé e representante do campus no CEG, pediu a retirada do ponto de pauta. Para ele, o ofício que embasa o pedido da Faculdade de Medicina deixa informações vagas. Ele defendeu que a questão do retorno das aulas práticas presenciais não é algo que se resume à Medicina, mas

# Guia reforça apoio à parentalidade na UFRJ

LIZ MOTA ALMEIDA  
comunica@adufrrj.org.br

“Cuidar é mais que um ato; é uma atitude. Portanto, abrange mais que um mo-

mento de atenção. Representa uma atitude de ocupação, pre-ocupação, de responsabilização e de envolvimento afetivo com o outro”. A definição do filósofo Leonardo Boff sobre cuidado foi escolhida pelo GT Parentalidade e Equidade de Gênero da UFRJ para ilustrar o novo Guia de Boas Práticas de Apoio à Parentalidade. O documento foi elaborado pelo grupo em abril e é reflexo de um aspecto circunstancial importante, como explica a presidente da AdUFRJ, Eleonora Ziller. “É o reconhecimento da situação de sobrecarga na pandemia, principalmente para as mulheres”, diz a professora.

A AdUFRJ acompanha de perto as ações do grupo, que surgiu a partir da iniciativa de pais, mães e cuidadores do campus Macaé. “Apoiamos e participamos das primeiras negociações com a reitoria. Divulgamos o guia para os sindicalizados e estamos à disposição do GT para qualquer demanda”, conta Eleonora.

No mês em que se celebra o Dia das Mães, o cenário é de desesperança para aquelas que estão há mais de um ano assumindo o cuidado integral dentro de casa. De acordo com a pesquisa “Saúde mental de mulheres com filhos crianças e adolescentes durante a pandemia de covid-19”, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 83,82% das mães sentiram maior sobrecarga em cuidar

Para: servidores da UFRJ, docentes e técnico-administrativos em Educação, e discentes, especialmente mulheres, que possuem filho, filha ou guarda de menor, com idade inferior ou igual a 12 anos. Também pessoas diretamente responsáveis pelos cuidados a pessoas idosas ou com deficiência ou transtorno mental e que estejam sem rede de apoio, tais como escolas ou creches, prestadores de serviços, por motivos relacionados à pandemia.

## DOCENTES:

- Flexibilização do horário de oferta de disciplina e/ou atividades síncronas.

- Sugerimos que as disciplinas, quando necessário, sejam compartilhadas por, no mínimo, dois docentes. Uma mesma disciplina poderá ser dividida entre docentes de diferentes campi.

- Sensibilização das comissões de avaliação de progressão e promoção de docentes, especialmente, de docentes cuidadoras.

## TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS

- Sugerimos a autorização de horários alternativos para as atividades, flexibilizando assim a carga horária.

- Sugerimos a colaboração entre pessoas do quadro técnico-administrativo que atuam no mesmo setor ou até mesmo em outras unidades da UFRJ.

- A sensibilidade da chefia imediata é fundamental, em tempos de pandemia, para a avaliação de desempenho das pessoas cuidadoras.

## ESTUDANTES

- Possibilidade de que as atividades de avaliação síncronas possam ser ofertadas de forma assíncrona ou em horário agendado.

- Sugerimos autorizar a inscrição em disciplinas de graduação em turnos distintos do ingresso.

- Extensão de prazos para a realização de trabalhos, avaliações e Trabalho de Conclusão de Curso.

- Estimulamos o acolhimento dos programas de pós-graduação à prorrogação do prazo de bolsas de agências de fomento.

dos filhos durante a pandemia, 25,18% apresentaram sintomas depressivos, 26,76% tiveram sintomas de ansiedade, 22,63% mostram sintomas de estresse e 39,05%, sintomas de estresse pós-traumáticos.

Para a técnica-administrativa e mãe de dois filhos pequenos, Nathalia Machado, as boas práticas sugeridas no guia podem auxiliar no melhor desenvolvimento das atividades diárias. “Necessitamos dessa flexibilidade para conseguirmos atender às demandas do trabalho, junto das demandas da casa e dos filhos, idosos ou pessoas que necessitem diariamente do nosso cuidado”, defende. “Esperamos, com o guia, conseguir despertar a sensibilidade e a empatia das chefias imediatas quanto à cobrança de prazos e tarefas. E contar com o apoio da equipe, quando houver necessidade, para que, no momento da nossa avaliação de desempenho, sejam consideradas as nossas particularidades e toda a sobrecarga que estamos vivenciando neste momento”, afirma Nathalia.

Gizele Martins, fundadora do GT e docente do campus Macaé, acredita que as ações propostas pelo guia não visam a diminuir o trabalho, e sim regularizá-lo em condições mais equânimes. “A ideia é sensibilizar o corpo social para que entenda que não é frescura ou privilégio, e sim uma necessidade de ter condições diferenciadas de avaliação, de trabalho e de horário para que a gente possa seguir produzindo”, explica. A professora ressalta, também, a importância de reconhecer as condições de trabalho desiguais dentro da universidade: “Isso possibilita um diálogo e ações efetivas para que as pessoas trabalhem com

mesma maneira”. Para Centeno, o atual modelo econômico só funciona em capacidade máxima, pressionando constantemente para a redução de custos, sacrificando a mão de obra. “A eficiência é como um elástico, você pode esticar para prender mais coisas, mas há um ponto no qual ele se rompe. O problema do sistema é que ele ignora essa fragilidade”, critica. A construção do Burj Khalifa — o prédio mais alto do mundo, com 828 metros de altura, localizado em Dubai, nos Emirados Árabes — é mencionada pelo pesquisador como mau exemplo de sustentabilidade. “Imaginem o que não é a fragilidade daquela torre de aço, com o aumento de temperatura. Imaginem a quantidade de energia necessária só para operar aquele sistema de refrigeração”.

Já o historiador francês Mathieu Baudin aponta para a apatia como

mais dignidade, com menos risco de adoecimento físico ou mental. Queremos pessoas mais felizes e saudáveis”.

O Guia de Boas Práticas relaciona os principais pontos da resolução proposta pelo GT de Parentalidade ao Conselho de Ensino de Graduação (CEG), que ainda não foi aprovada, e sugere à comunidade acadêmica orientações para uma melhor condição laboral dos pais, mães e cuidadores. “Por muito tempo, foi muito difícil desenvolver trabalhos relacionados à maternidade e parentalidade dentro da universidade”, lembrou a estudante de graduação Mithaly Corrêa, coordenadora do Núcleo Materna, que pesquisa questões de gênero e maternidade, e propulsora do coletivo de mães da UFRJ. “O guia vem para auxiliar o corpo social em como amenizar as disparidades de gênero dentro da universidade. É composto por sugestões, porque ainda não conseguimos aprovar a resolução especial relacionada aos pais e cuidadores”, conta.

Pesquisadora do tema e integrante do movimento *Parent in Science*, Gabriela Reznik enxerga muitos desafios no espaço acadêmico para mães e cuidadores. “Os dados do nosso movimento mostram que há uma queda na produtividade das mulheres em cerca de quatro anos após o nascimento dos filhos. Outro impacto diz respeito ao tempo de carreira. Apesar de as mulheres serem maioria nos programas de mestrado e doutorado, essa maioria vai diminuindo conforme elas ascendem na carreira acadêmica”, reflete.

Na pós-graduação, a sobrecarga com o trabalho de cuidado interfere, segundo Gabriela, na escassez de tempo para as atividades de ensino e de pesquisa, na dificuldade de mobilidade acadêmica, assim como na produtividade científica. “O guia é fruto do trabalho que temos feito no GT para pautar essas questões institucionalmente e permitir que tenhamos melhores condições de estudo, pesquisa e trabalho neste contexto da pandemia”, conclui a pós-graduanda.

# Novo aplicativo de gestão de pessoal gera apreensão

> Lançada esta semana, plataforma SouGov.br vai substituir a atual Sigepe Mobile, que será desativada em junho. Servidores temem que centralização de dados tenha fins persecutórios

KELVIN MELO  
kelvin@adufrrj.org.br

Entidades representativas de servidores públicos federais receberam com desconfiança o novo aplicativo do governo para gestão de pessoal, o SouGov.br. Lançado oficialmente no dia 4, sob a justificativa de facilitar rotinas administrativas, a plataforma vai substituir o Sigepe Mobile — o sistema, hoje muito utilizado pelos professores da UFRJ para visualização dos contracheques, entre outras tarefas, será desativado no início de junho. O SouGov.br também vai agregar outros canais de atendimento digitais.

E é aí que mora o perigo, segundo os sindicatos. “Uma preocupação é haver uma nova sistematização dos dados que possa ser usada para perseguir professores”, afirma o vice-presidente da AdUFRJ, professor Felipe Rosa. “Uma coisa é ter todos os dados espalhados, outra coisa é ter tudo centralizado”, completa.

Presidente do Andes, a professora Rivânia Moura reforça a cautela com o SouGov.br. “A alteração será prejudicial se o governo fizer mau uso desses dados ou usá-los para fins persecutórios, para apropriação de informações confidenciais ou venda da base de dados para o

mercado”, diz. “Como estamos diante de um governo fascista, muito nos preocupa a utilização dessas informações, que incluem cadastramento digital e escaneamento facial, para fins que contrariem o interesse público e sirvam para punir e perseguir os servidores”, completa.

Para além da questão política, o aplicativo já estreou com o pé esquerdo. No chat da transmissão no YouTube, muitos reclamaram da impossibilidade de acesso. Situação que foi confirmada pela pró-reitoria de Pessoal da UFRJ (PR-4). “O novo aplicativo está com um problema no cadastramento dos e-mails funcionais. Isso é um problema que afeta diversos órgãos. Os gestores da plataforma foram reportados e estão atuando para os acertos”, informou a superintendente administrativa da PR-4, Maria Tereza Ramos.

A pró-reitoria ainda não fez uma análise detalhada do novo aplicativo, mas a primeira impressão é que a iniciativa vai favorecer o trabalho das áreas de Recursos Humanos, “uma vez que várias rotinas serão realizadas diretamente pelos servidores”. O SouGov.br promete viabilizar o envio de atestados médicos e a realização de provas de vida virtual para aposentados e pensionistas, além de todas as funcionalidades existentes no Sigepe Mobile.

É o mínimo que espera o vice-

“

Como estamos diante de um governo fascista, muitos nos preocupa a utilização dessas informações, que incluem cadastramento digital e escaneamento facial

RIVÂNIA MOURA

Professora e presidente do Andes

presidente da AdUFRJ. “Quando entrei como professor, não se imprimia mais a carteira funcional. Pelo Sigepe Mobile, eu tenho uma. Também posso visualizar o contracheque e marcar férias, por exemplo. Eu uso bastante. Se o novo aplicativo não desempenhar as mesmas funções, será ruim”, diz Felipe Rosa, que também não conseguiu acessar o aplicativo. “Diz que o e-mail institucional tem

um formato que não é reconhecido e aí não vai para frente”, relata.

## RESPOSTA DO GOVERNO

A assessoria de imprensa da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia respondeu que “os dados armazenados continuam nos sistemas de Gestão de Pessoas SIAPE e SIGEPE, e a preocupação quanto à centralização de dados não se confirma, porque isso não sofreu alteração”.

Quanto ao problema com o e-mail institucional, a assessoria informou que o problema foi resolvido no dia 5 e que os usuários poderiam tentar novo acesso. “Vale destacar que o Serpro (Serviço Federal de Processamento de Dados, empresa pública que desenvolveu o aplicativo) tem atuado de forma tempestiva nos ajustes naturais que são necessários numa nova solução tecnológica inovadora como é o SouGov.br”.

Durante a apresentação no YouTube, o secretário de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia, Leonardo José Mattos, disse que o objetivo do SouGov.br é tratar os 600 mil servidores ativos e 700 mil aposentados, além dos pensionistas, com mais agilidade. Informou ainda que diversos serviços serão implantados no aplicativo, gradativamente, até setembro do ano que vem.

## RISCO COM PRIVATIZAÇÃO

Integrante do conselho de administração do Serpro como representante eleito pelos funcionários, Marco Sobrosa não acredita que a criação da nova plataforma favoreça perseguições políticas. Mas ele alerta que há outra ameaça à segurança dos dados de todos os cidadãos, não só os servidores: que as informações caiam nas mãos de empresas particulares.

Por decreto presidencial, em janeiro de 2020, o Serpro e a Data-Prev (Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência) foram inseridos no Plano Nacional de Desestatização (PND). A coordenação dos estudos e contratação de consultorias especializadas ficaram sob responsabilidade do BNDES. E, mesmo com os atrasos decorrentes da pandemia, existe a expectativa de privatização das duas empresas públicas ainda no primeiro semestre de 2022.

Desde o início do ano passado, os funcionários das duas companhias iniciaram uma campanha intitulada “Salve seus dados”, YouTube, o secretário de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia, Leonardo José Mattos, disse que o objetivo do SouGov.br é tratar os 600 mil servidores ativos e 700 mil aposentados, além dos pensionistas, com mais agilidade. Informou ainda que diversos serviços serão implantados no aplicativo, gradativamente, até setembro do ano que vem.

## FUTURO DA HUMANIDADE EM DEBATE

ELISA MONTEIRO  
elisamonteiro@adufrrj.org.br

Conectados por redes, mas desconectados da vida. A fórmula pode colocar em risco o futuro da humanidade. “Nós sabemos que o mundo de hoje é altamente interconectado. E, ao mesmo tempo, que as pessoas estão desconectadas de seus ecossistemas de apoio”, alerta Sarah Cornell, pesquisadora das Mudanças Climáticas da Universidade de Estocolmo. Cornell está entre os nomes da série internacional de conferências Amanhãs Desejáveis, evento virtual promovido pelo Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ, que ocorre até o dia 7 de junho. A programação completa pode ser conferida em <https://eventos.ufrj.br/evento/amanhas-desejaveis/>.

Sarah Cornell participou do painel “A urgência da mudança social: construção de um futuro sustentável e equitativo na segunda-feira (3). Ela afirma que as ações coletivas humanas estão alterando bruscamente as condições físicas, químicas e biológicas do planeta: “Há um desequilíbrio inédito com o progressivo declínio da natureza selvagem, a intensificação da demanda por um ambiente onde se possa viver e uma mudança climática sem precedentes. Eu não queria ser pessimista, mas a tendência de pico para o clima, para o final deste século, tem paralelo com três milhões de anos atrás”, destacou Sarah. Nesse sentido, o único caminho possível seria a colaboração: “Se abrímos novos

diálogos com diferentes atores podemos ajudar a criar a capacidade de experimentar e inovar para a mudança”.

A visão é compartilhada pelo sociólogo norte-americano Miguel Centeno, da Universidade de Princeton, nos Estados Unidos. O segundo convidado do painel avalia que o futuro desejável “é aquele em que o valor agregado é maior que a soma das partes”. O pesquisador considera que o século é marcado por problemas complexos “globais, não mais nacionais” e cita a pandemia da covid-19 como exemplo. Em outra analogia, faz um paralelo com o mercado de segurança: “Nos Estados Unidos, queremos seguro para tudo. Mas se a casa do vizinho pegar fogo, a minha corre risco da

mesma maneira”.

Para Centeno, o atual modelo econômico só funciona em capacidade máxima, pressionando constantemente para a redução de custos, sacrificando a mão de obra. “A eficiência é como um elástico, você pode esticar para prender mais coisas, mas há um ponto no qual ele se rompe. O problema do sistema é que ele ignora essa fragilidade”, critica.

A construção do Burj Khalifa — o prédio mais alto do mundo, com 828 metros de altura, localizado em Dubai, nos Emirados Árabes — é mencionada pelo pesquisador como mau exemplo de sustentabilidade. “Imaginem o que não é a fragilidade daquela torre de aço, com o aumento de temperatura. Imaginem a quantidade de energia necessária só para operar aquele sistema de refrigeração”.

Já o historiador francês Mathieu Baudin aponta para a apatia como

um dos principais obstáculos para a criação de alternativas inovadoras. “Os ‘colapsólogos’ nos falam de uma maneira muito apelativa. E eles paralisam uma parte da nossa energia que precisaríamos para fazer coisas diferentes”, opina o pesquisador do *Institut des Futurs Souhaitables*, em Paris. O intelectual aposta na “resistência criativa” para superar práticas cotidianas que levam a um futuro menos “mortífero”. “A arte e a poesia estão aí para isso”, acrescenta.

Baudin fala em “uma ideia de futuro colonizada” pela noção de “falta de tempo” para prospeção. Segundo ele, o fator decisivo é o resgate da vontade por mudanças. “O antônimo de desejo é o desinteresse. E nós estamos em uma sociedade desinteressada, porque não há mais solução. Então, precisamos falar de desejo para ultrapassar o desinteresse”, afirma.

## DOCENTES ORGANIZAM NOVO ATO CONTRA BOLSONARO

SILVANA SÁ  
silvana@adufrrj.org.br

Professores do ensino superior e dos colégios de aplicação das universidades públicas do Rio de Janeiro se reuniram remotamente na última terça-feira (4), para planejar as ações do dia 19 de maio. A data vai ser marcada por manifestações em todo o país contra o governo Bolsonaro. Os principais focos dos protestos são a reforma administrativa e o projeto de lei (PL 5595/2020) que torna a educação um serviço essencial na pandemia. Ambos tramitam no Congresso. A AdUFRJ foi a anfitriã do encontro virtual.

A professora Rivânia Moura, presidente do Andes, destacou o fato de a base de apoio do governo aprovar um projeto que torna a educação serviço essencial no pior momento da pandemia no Brasil. “Educação

é um direito fundamental e ao ser apresentado como serviço essencial muda conceitualmente o que é a Educação, a resume a um serviço, e não a um direito que precisa ser efetivado”, disse. “E tudo isso no momento mais letal da pandemia”.

Já a reforma administrativa busca mudar toda a concepção do Serviço Público. Ela acaba com a estabilidade, tal qual a conhecemos. Além disso, a proposta do governo cria cinco novos vínculos jurídicos em substituição ao atual Regime Jurídico Único (RJU): por prazo determinado; por cargo de liderança e assessoramento; por tempo indeterminado (via concurso público); por cargo típico de Estado (via concurso público); e vínculo de experiência (via concurso público). Este último, na prática, será mais uma etapa do concurso público, em que o servidor será avaliado

ao final do período de dois anos e só então poderá (ou não) tomar posse no cargo.

Michel Torres, diretor do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe), foi um dos convidados para falar sobre a reforma. “É um grande pacote que, se passar, representa um retrocesso histórico na prestação do Serviço Público”, disse. “É preciso que a gente ataque o discurso que aponta para falsos privilégios. A reforma é justificada por supostos altos salários, mas a média salarial no Serviço Público Federal é de R\$ 6 mil, na esfera estadual, R\$ 4 mil e, na municipal, pouco mais de R\$ 2 mil”, argumentou. “Para resistir diante dessa ofensiva, só há um caminho: unificar nossas bandeiras e nossas lutas”, finalizou. O professor Hélio de Mattos, da Faculdade de Farmácia da

“

Para resistir diante dessa ofensiva, só há um caminho: unificar nossas bandeiras e nossas lutas

MICHEL TORRES

Diretor do Sinasefe

UFRJ, também participou do encontro, que reuniu outros 35 docentes. Ele defendeu a atuação unificada da categoria em duas frentes: articulação com a bancada do Rio de Janeiro e a

Frente Parlamentar em Defesa da Educação, e a realização de ações conjuntas com outras entidades nacionais, como a Fasubra, a UNE e a Andifes. “Não vejo outro caminho neste momento. É muito difícil fazer caravanas, hoje, a Brasília, até porque o Congresso está com boa parte dos parlamentares trabalhando virtualmente”, ressaltou. Ele também lembrou que a atuação sindical está ameaçada. “Isto está no bojo dos ataques do governo Bolsonaro. Eles vão abrir os processos, intimidando”.

Os docentes também apresentaram outras propostas de atuação no dia 19, como a realização de carreatas, ações coordenadas nas redes sociais e interdições parciais de vias públicas. Tudo com o objetivo de chamar atenção da sociedade para os riscos envolvidos na reforma administrativa e no PL 5595/2020.

# Alerj passa a ser aliada de peso para a volta do Canecão

ALEXANDRE MEDEIROS  
comunica@adufrj.org.br

Uma parceria técnico-financeira entre a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) e a UFRJ pode dar novo impulso à revitalização da área do campus da Praia Vermelha onde funcionou, até 2010, a mais famosa casa de espetáculos do país, o Canecão. A parceria está prevista no projeto de lei nº 3.023/2020, que deveria ser votado na quinta-feira (6) no plenário da Alerj, mas foi retirado de pauta a pedido dos autores da proposta. Eles sugeriram que a votação fosse precedida por uma audiência pública, realizada nesta sexta-feira (7).

O projeto, que recebeu 11 emendas ao longo de sua tramitação e deverá ir a plenário na semana que vem, propõe a criação de um espaço cultural multiuso e de um centro de memória da música popular brasileira, com a reforma e reabertura do imóvel que abrigou o Canecão, em Botafogo, Zona Sul do Rio.

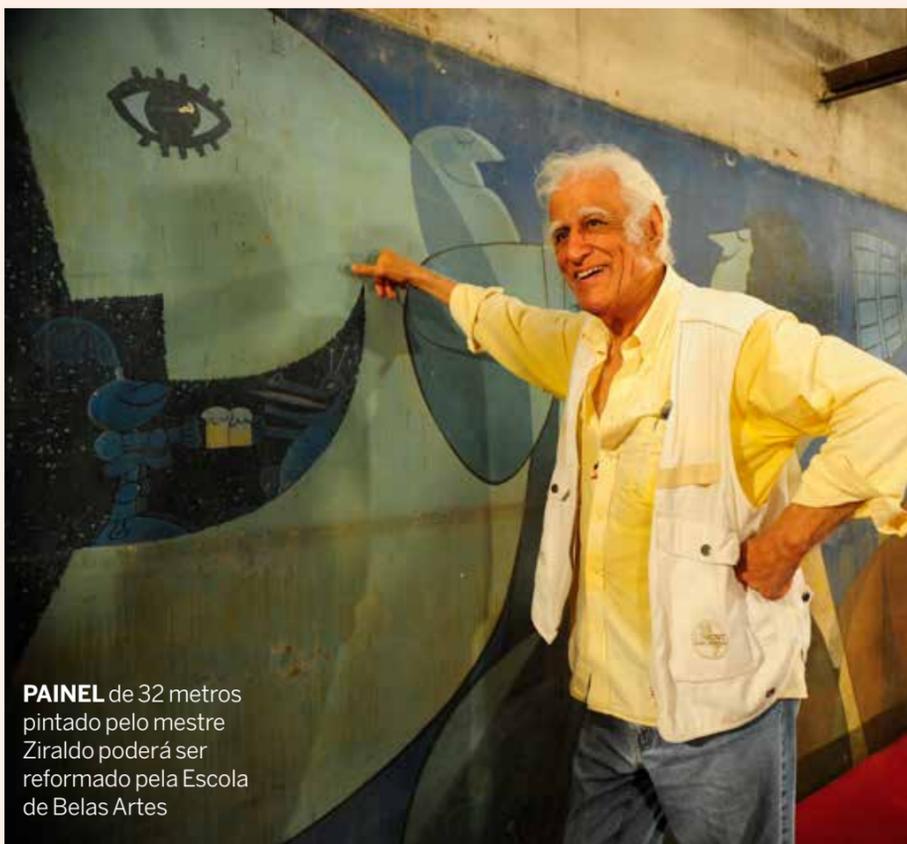
“A audiência pública foi importante para ampliarmos o debate com a comunidade acadêmica e com os moradores da região. Vamos analisar as emendas apresentadas e incorporar as contribuições ao projeto”, defendeu o deputado Waldeck Carneiro (PT), presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia da Alerj, um dos quatro autores do projeto de lei, ao lado dos deputados André Ceciliano (PT), Eliomar Coelho (Psol) e Flavio Serafini (Psol).

## PATRIMÔNIO CULTURAL

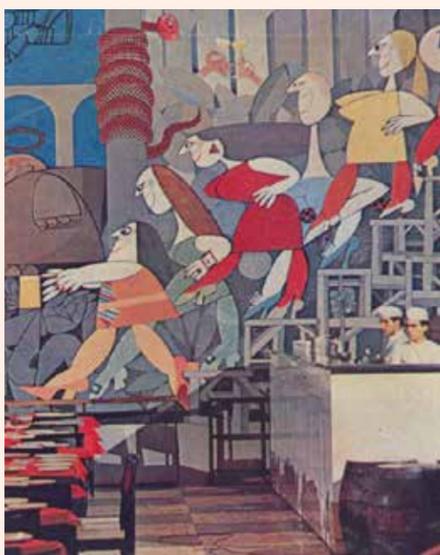
Professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF), Waldeck Carneiro ressalta que a Alerj tem mantido vários níveis de cooperação com a comunidade científica do Rio de Janeiro nos últimos anos. “Esse projeto se insere nesse ambiente cooperativo. A Alerj pode contribuir na busca de uma solução viável e de consenso para devolver à sociedade esse patrimônio cultural. O projeto trata dos mecanismos de reabertura, esse é o seu papel. É insuportável tanto tempo sem aquele espaço que foi o Canecão, queremos que ele volte a ser um ambiente de arte e de cultura para a sociedade brasileira”, sustenta o parlamentar.

O projeto prevê que a Alerj possa editar uma norma específica para transferir recursos de seu Fundo Especial à UFRJ. Embora o projeto não fale em valores, estima-se que a Alerj possa destinar pelo menos R\$ 20 milhões à iniciativa. Prevê também que, após a abertura do espaço cultural multiuso, a UFRJ e a Alerj possam encontrar a melhor forma de gestão do equipamento. “Qual será o melhor desenho, o melhor modelo para isso, o debate vai mostrar. É uma decisão que passa pela autonomia universitária, pelo diálogo com os conselhos superiores da UFRJ”, diz Waldeck Carneiro.

Para o vice-reitor da UFRJ, professor Carlos Frederico Leão Rocha, a iniciativa da Alerj é bem-vinda. Mas, para ser levada adiante, ele ressalta que é fundamental que a legislação de uso da área



PAINEL de 32 metros pintado pelo mestre Ziraldo poderá ser reformado pela Escola de Belas Artes



DETALHE do painel na sala de espetáculos

onde está o Canecão seja alterada. Logo depois que assumiu o cargo, em janeiro, o prefeito Eduardo Paes anunciou que iria elaborar e enviar à Câmara Municipal um projeto de alteração da legislação. Procurada pelo **Jornal da AdUFRJ** para saber do andamento do projeto, a Prefeitura do Rio não deu resposta.

“Nada vai sair se a legislação de uso da área não for alterada. Hoje, nós não podemos instalar um equipamento cultural na Praia Vermelha. Pela legislação atual, aquela área só pode ser dedicada à Educação”, lembra o vice-reitor. Segundo ele, a revitalização do espaço que foi ocupado pelo Canecão faz parte de um projeto maior, o Viva UFRJ, que busca identificar possíveis parcerias com empresas privadas para o uso de imóveis da universidade. Pelo projeto, os vencedores das licitações deverão assumir, como contrapartida, reforma e construção de restaurantes e moradias estudantis, entre outros equipamentos. A concessão está prevista para até 50 anos.

“O Viva UFRJ, por enquanto, é só um estudo feito pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), já concluído e entregue à universidade em novembro. É um estudo volumoso, e a reitoria recebeu os primeiros resumos da equipe que administra o

Viva UFRJ em fevereiro. Nós só fizemos apresentação até agora para o Conselho de Curadores e para o Conselho do Plano Diretor. Também encaminhamos para a análise da Procuradoria, da PR-3 (Pró-reitoria de Planejamento, Desenvolvimento e Finanças) e do Escritório Técnico (ETU)”, informa o professor Carlos Frederico.

## PALCO ITALIANO

O estudo do BNDES contém um projeto para um equipamento cultural na Praia Vermelha, em forma de palco italiano, maior que o do Teatro Municipal, com 1.500 lugares na plateia, e análises sobre as possibilidades mercadológicas da área. “Além da edificação com o palco principal, o projeto contempla instalações adjacentes que poderiam servir à UFRJ para outras finalidades. Os modelos de negócio também foram avaliados no estudo, desde um modelo puramente privado, uma gestão híbrida ou um modelo completamente público”, diz o vice-reitor. Segundo ele, o equipamento cultural previsto no estudo é economicamente viável, considerando as condições de demanda pré-pandemia: “Eu não tenho dúvidas de que, mesmo se não tivermos o Viva UFRJ, poderemos revitalizar o espaço onde funcionou o Canecão”.

Para Regina Chiaradia, presidente da Associação de Moradores de Botafogo (Amab), a revitalização do Canecão deve ser desvinculada do Viva UFRJ. “Nós somos contra o Viva UFRJ por vários motivos. Vai adensar o bairro. É um desrespeito. A universidade não pode achar que ela é uma bolha, ela está inserida num bairro. Construir espigões numa área que já tem o adensamento que temos é impensável. A universidade não pode abrir mão do seu patrimônio, concedendo áreas para a iniciativa privada por 50 anos”, critica a representante dos moradores.

Ex-aluna da UFRJ, Regina diz, por outro lado, que os moradores apoiam a revitalização da área do Canecão e de outros equipamentos do campus da Praia Vermelha. “É claro que a área da Praia

Vermelha precisa de revitalização. Eu estudei ali, tenho um carinho por aquele bandeirão, pelos campos de futebol. Esse projeto da Alerj tem um lado positivo pois ele trata do Canecão, que tem um apelo imenso no coração das pessoas. Muita gente se divertiu, namorou, chorou, bebeu ali. Mas esse apelo não pode servir de mote para liberar todo o projeto Viva UFRJ. Estamos falando do velho e bom Canecão, remodelado, com proteção acústica e equipamentos de segurança. Pode ser feito um convênio com o shopping Rio Sul para uso do estacionamento. E pronto, que se faça um belo show de reinauguração com Chico, Caetano, já pensou?”

## ESPAÇO DE RESISTÊNCIA

Um dos coautores do projeto de parceria, o deputado Flavio Serafini, presidente da Comissão de Educação da Alerj, deixa claro que a iniciativa se restringe à revitalização do Canecão. “Temos conseguido na Alerj economizar recursos do orçamento, devolvendo dinheiro ao Poder Executivo para fortalecer políticas públicas. Ao longo da pandemia, nós vimos também a necessidade de apoiar instituições federais de ensino superior. Fizemos doações à UFRJ para contribuir em um projeto de produção de respiradores e para a reconstrução do Museu Nacional. E surgiu o interesse em ajudar a revitalizar o Canecão, um dos grandes símbolos da cultura do Rio e do Brasil. A iniciativa da Alerj não tem nenhuma vinculação com o projeto Viva UFRJ. Nosso objetivo é ajudar a UFRJ a reconstruir um espaço de cultura que possa ser uma referência, como foi o Canecão. O projeto prevê aporte de recursos da Alerj, ou seja, uma parceria entre duas instituições públicas. Não há previsão de entrada de recursos privados”, enfatiza Serafini.

Também coautor do projeto, o deputado Eliomar Coelho, presidente da Comissão e Cultura da Alerj, recorda que foi um dos primeiros frequentadores do Canecão, e que a iniciativa certamente há de tocar outros corações. “Eu fui à inauguração do Canecão. Era fantástico, um espaço aberto a todos os ritmos e que virou um celeiro de nomes para a música popular brasileira. Lembro de um show antológico, Brasileiro Profissão Esperança, com Paulo Gracindo e Clara Nunes. E de outro com Mercedes Sosa, no início do processo de abertura política no Brasil. Não era só uma casa de espetáculos, era também um espaço de resistência”, recorda Eliomar.

O Canecão abriu as portas em 1967, como uma cervejaria — daí o nome. Em 2010, após longa batalha judicial entre a UFRJ e a família do empresário Mário Priolli, inquilino do espaço, a casa foi fechada. E se há um consenso em torno da importância do Canecão para a cultura brasileira e da necessidade de sua revitalização, o mesmo se pode dizer do resgate do belo painel de 32 metros criado por Ziraldo para a sala de espetáculos onde brilharam nomes como os de Roberto Carlos, Maysa, Maria Bethânia, Chico Buarque, Caetano Veloso, Cazuza, Zeca Pagodinho e Elymar Santos (ele vendeu até a casa para alugar o palco por uma noite). O painel deverá ser restaurado pela Escola de Belas Artes.